

# **RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE MANUTENÇÃO DE REPASSES FINANCEIROS DOS RECURSOS DO COMPONENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

## **DEZEMBRO DE 2025**

Relatório que bloqueia a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PF-Visa), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, para os municípios irregulares quanto ao cadastro dos serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), relativos aos repasses do primeiro semestre do ano de 2026, bem como, desbloqueia a transferência dos recursos financeiros do PF-Visa para os municípios constantes da PORTARIA GM/MS nº7.460, de 21 de julho de 2025, que regularizaram a situação junto ao SCNES.

### **1. Introdução**

Trata-se do relatório de acompanhamento da situação cadastral dos estados, Distrito Federal e municípios, quanto a regularidade do cadastramento do serviço de vigilância sanitária no SCNES, para fins de manutenção de repasse dos recursos do componente de vigilância sanitária, como previsto no art. 465 e art. 469 da Portaria Consolidada GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Este relatório de monitoramento de dezembro de 2025, foi elaborado a partir da verificação do cadastro no SCNES do mês de dezembro, dados obtidos em 24 de novembro de

2025, para fins de repasse mensal dos recursos financeiros aos meses de janeiro a junho de 2026, bem como, dos repasses dos meses de julho a dezembro de 2025, em conformidade ao disposto no inciso II do art. 470 da Portaria Consolidada GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Ressalta-se que o não cadastramento do serviço de vigilância sanitária no SCNES, pelo estado, Distrito Federal e municípios, como previsto, implicará no bloqueio do repasse do recurso do Componente de Vigilância Sanitária, como disposto no art. 466 da Portaria Consolidada GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

## 2. Análise

Em consulta realizada ao Núcleo de Disseminação de Informação em Saúde (NDIS/DRAC/SAES/MS), foi encaminhado planilhas cadastrais SCNES do dia 24/11/2025, onde observa-se que 10 (dez) municípios se encontram irregulares quanto ao cadastro do serviço de vigilância sanitária no SCNES, como apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1** - Municípios irregulares quanto ao cadastro do serviço de vigilância sanitária no SCNES em monitoramento de 24/11/2025.

UF	Código Município (IBGE)	Município
RN	240490	ITAU
BA	293140	TEODORO SAMPAIO
SP	351390	DIVINOLANDIA
SP	354440	RUBIACEA
PR	411435	MANFRINOPOLIS
PR	411110	ITAMBE
SC	421205	PALMEIRA
RS	431244	MORRINHOS DO SUL
RS	432035	SENTINELA DO SUL
RS	431700	SANTANA DA BOA VISTA

Fonte: NDIS/DRAC/SAES/MS, 24/11/2025

Quanto à relação dos 3 (três) municípios que se encontravam em situação irregular, em 26/06/2025, e que constavam com seus repasses bloqueados, como disposto no art. 1 da Portaria GM/MS nº7.460, de 21 de julho de 2025, observa-se no levantamento de 24/11/2025, que apenas 2 (dois) municípios

regularizaram a sua situação cadastral junto ao SCNES, como apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2-** Municípios com repasses financeiros bloqueados, que tiveram o serviço regularizados em monitoramento de 24/11/2025.

UF	Código Município (IBGE)	Município
PR	410390	CAMPINA DA LAGOA
SC	421110	MONTE CASTELO

Fonte: NDIS/DRAC/SAES/MS, 24/11/2025

### 3. Conclusão

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, e suas alterações, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e suas alterações;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, e suas alterações, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, e suas alterações;

Considerando a Portaria GM/MS nº7.460, de 21 de julho de 2025, que bloqueia a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PF-Visa) ou do Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-Visa), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde para os municípios irregulares quanto ao cadastro dos serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), relativos aos repasses do segundo semestre do ano de 2025, e desbloqueia a transferência dos recursos financeiros do PF-Visa para os municípios constantes da Portaria GM/MS nº5.833, de 5 de dezembro de 2024, que regularizaram a situação junto ao SCNES;

Considerando a Portaria GM/MS Nº 6.824, de 3 de abril de 2025, que atualiza, para o ano de 2025, os valores dos repasses de recursos financeiros federais referente ao Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PF-Visa), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde para os Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à execução das ações de vigilância sanitária, em função do ajuste populacional de que trata o art. 463, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28

de setembro de 2017; e

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos do Bloco de Vigilância em Saúde transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios e a responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária pelo monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

Conclui-se:

a) Pelo bloqueio dos repasses financeiros do Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PF-VISA) do 1º semestre de 2026, dos municípios irregulares quanto ao cadastro do serviço de vigilância Sanitária no SCNES, constantes na Tabela 1 deste relatório, a partir da parcela de janeiro de 2026 (parcelas 01 a 06/2026);

b) Pelo desbloqueio dos repasses financeiros do Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PF-VISA) do 2º semestre de 2025, dos municípios de Campina da Lagoa e Monte Castelo, que regularizaram o cadastro do serviço de vigilância sanitária no SCNES, constantes na Tabela 2 deste relatório, retroativo às parcelas de julho a dezembro de 2025; e

Face o exposto, este relatório de monitoramento estará disponível no portal eletrônico da Anvisa, pelo link: [Financiamento\\_SNVS](#), como previsto no art. 470 da Portaria Consolidada GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

O presente documento segue datado e assinado eletronicamente por:



Documento assinado eletronicamente por **Alex Sander Duarte da Matta, Coordenador(a) de Articulação Interfederativa do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária**, em 26/11/2025, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm).



Documento assinado eletronicamente por **Jonas de Salles Cunha, Assessor(a)-Chefe**, em 26/11/2025, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º



do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3957876** e o código CRC **FBE47C02**.

---

**Referência:** Processo nº  
25351.947857/2025-01

SEI nº 3957876